



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ERICA MORAIS DE SOUSA**

**REPRESENTAÇÕES DOCENTES FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DE**  
**ALUNOS(A) COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE**  
**JOÃO LISBOA-MA**

Imperatriz  
2024

**ERICA MORAIS DE SOUSA**

**REPRESENTAÇÕES DOCENTES FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DE  
ALUNOS(A) COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE  
JOÃO LISBOA-MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Imperatriz, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Melo Agapito

Imperatriz  
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Morais de Sousa, Erica.  
REPRESENTAÇÕES DOCENTES FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DE  
ALUNOSA COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO  
DE JOÃO LISBOA-MA / Erica Moraes de Sousa. - 2024.  
56 f.

Orientador(a): Francisca Melo Agapito.  
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,  
Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do  
Maranhão, Imperatriz, 2024.

1. Educação Inclusiva. 2. Formação Docente. 3.  
Práticas Pedagógicas. 4. . 5. . I. Melo Agapito,  
Francisca. II. Título.

**ERICA MORAIS DE SOUSA**

**REPRESENTAÇÕES DOCENTES FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DE  
ALUNOS(A) COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE  
JOÃO LISBOA-MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências  
de Imperatriz, como requisito para obtenção do grau de  
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 27/09/ 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca Melo Agapito (Orientadora)**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

---

**Prof.<sup>a</sup> Esp. Simone Regina Omizzolo**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Maria Gonçalves de Oliveira**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA

Quero dedicar esta monografia primeiramente a Deus, por ter me concedido chegar até aqui, à minha família, que sempre me apoiou e a mim mesma, por todo meu esforço e dedicação durante esta graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Neste momento quero agradecer primeiramente a Deus pela vida que ele me proporcionou e pela oportunidade de conseguir concluir esse curso, agradeço aos meus pais, Eliete Jorge Morais e Ezequias Pereira de Sousa que foram o pilar central da pessoa que me tornei, e por sempre estarem ao meu lado durante toda minha vida me guiando pelo bom caminho com amor, alegria, encorajamento, dedicação e com lições importantes para minha evolução.

Quero agradecer ao meu namorado, Renato Marreiro Feitosa, que foi crucial durante esse período e por ter feito os meus dias melhores e meus fardos mais leves, sempre me auxiliando em tudo que precisei, me encorajando e se dedicando para me dar o melhor de se com muita paciência e amor.

Agradeço aos professores que passaram pela minha vida acadêmica por compartilhar seus conhecimentos e experiências enriquecedoras e também aos meus amigos, em especial Ana Jaqueline Mota da Silva e Deline Silva Lopes, por terem feito parte da minha caminhada acadêmica, me ajudando e amparando durante essa longa caminhada docente, para que eu sempre desse o meu melhor. Participando dos melhores e piores dias durante minha graduação, confesso que sem vocês essa trajetória teria sido bem mais árdua.

A minha prezada orientadora, Profa. Dra. Francisca Melo Agapito, pela paciência, dedicação, parceria e compreensão durante a trajetória no desenvolvimento deste trabalho.

“Inclusão é um direito daquele que precisa, incluir é um dever de todos” (**Leticia Butterfield**).

## RESUMO

O presente trabalho aborda a temática representações docentes frente a inclusão escolar de alunos com deficiência em uma escola pública no município de João Lisboa-MA, o estudo teve como objetivo analisar representações evidenciadas por docentes frente a inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal de João Lisboa- MA. Para o embasamento teórico foram utilizados autores da área da educação inclusiva, tais como Susan Stainback (199), Paulo Freire (1951), Caledón Ferreira Filho (1999), Mantoan (2003), entre outros, além de documentos legais que embasam a concretização da inclusão escolar. Como metodologia para consumação da pesquisa, realizou-se um estudo do tipo descritivo, qualitativo, sendo que, para dados gerados utilizou-se observações, diário de campo e entrevista semiestruturada com três professores de uma escola pública do município de João Lisboa-MA, para a análise dos dados trilhou-se pela análise descritiva. Os resultados evidenciaram que para boas práticas de educação inclusiva exige-se que o corpo docente esteja apto quanto aos conhecimentos inerentes as deficiências, ainda que, se compreenda que as práticas pedagógicas devem ser realizadas buscando valorizar as potencialidades dos alunos com deficiências, possibilitando assim a concretização da inclusão na sala de aula. Além disso, que formações continuadas sejam realizadas com o aparato da escola e do município, para que professores permaneçam formando-se, gozem de condições pedagógicas e de estrutura física, de materiais pedagógicos, dentre outros, para pôr em prática o direito dos alunos com algum tipo de deficiência, ou seja, aprendizagens dentro de um espaço escolar verdadeiramente inclusivo.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Formação docente. Práticas pedagógicas.

## **ABSTRACT**

This paper addresses the theme of teacher representations regarding the school inclusion of students with disabilities in a public school in the municipality of João Lisboa-MA. The study aimed to analyze representations evidenced by teachers regarding the inclusion of students with disabilities in a municipal school in João Lisboa-MA. For the theoretical basis, authors in the area of inclusive education were used, such as Susan Stainback (199), Paulo Freire (1951), Caledón Ferreira Filho (1999), Mantoan (2003), among others, in addition to legal documents that support the implementation of school inclusion. As a methodology for consummating the research, a descriptive, qualitative study was carried out, and for the data generated, observations, field diary and semi-structured interviews with three teachers from a public school in the municipality of João Lisboa-MA were used. For the data analysis, descriptive analysis was used. The results showed that good inclusive education practices require that teaching staff be qualified in terms of knowledge inherent to disabilities, although it is understood that pedagogical practices should be carried out in a way that values the potential of students with disabilities, thus enabling inclusion in the classroom. Furthermore, ongoing training should be carried out with the school and municipal apparatus, so that teachers continue to train, enjoy pedagogical conditions and physical structure, teaching materials, among others, to put into practice the rights of students with some type of disability, that is, learning within a truly inclusive school environment.

**Keywords:** Inclusive education. Teacher training. Pedagogical practices.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AEE-** Atendimento Educacional Especializado

**CADEME-** Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência Mental

**CESB-** Campanha para Educação do Surdo Brasileiro

**CNEC-** Campanha Nacional de Educação de Cegos

**INEP-** Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

**LDB-** Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**PNEE-** Política Nacional de Educação Especial

**PNE-** Portador de Necessidades Especiais

**PPD-** Pessoa Portadora de Deficiência

**TCC-** Trabalho de Conclusão de Curso

**TCLE-** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TDAH-** Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

**TOC-** Transtorno Obsessivo Compulsivo

**TOD-** Transtorno Opositor Desafiador

**TJDFT-** Tribunal de Justiça do Distrito Federal

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Campo empírico da pesquisa.....

**Figura 2** – Perfil formativo das participantes da pesquisa.....

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Principais Instituições educacionais de atendimento às pessoas com deficiência.....17

**Quadro 2** – Perfil das salas de aulas observadas.....

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 ASPECTOS DA HISTÓRIA PARA A OCORRÊNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>16</b>
<b>3 CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE ARTICULADAS A INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: DIÁLOGO NECESSÁRIO.....</b>	<b>24</b>
3.1 Formação docente e inclusão.....	24
3.2 Educação inclusiva e aspectos pedagógicos envolvidos na atuação do professor.....	30
<b>4 REPRESENTAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DO OLHAR DOCENTE.....</b>	<b>33</b>
4.1 Traços metodológicos.....	33
4.2 O que revelam as representações de docentes sobre a inclusão e práticas junto a alunos com deficiência.....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
APÊNDICE A- Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	52
APÊNDICE B- Roteiro de observação.....	54
APÊNDICE C: Roteiro de entrevista.....	55

## 1 INTRODUÇÃO

Ao trazer a discussão sobre a educação inclusiva, observamos que esta tornou-se um paradigma educacional na atualidade. Assim, por se tratar de questão que se inter-relaciona com a concepção dos direitos humanos, é essencial que se proponha a concretização do princípio da equidade. Dessa forma, quando se percebe as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino no Brasil, é necessário confrontar as práticas discriminatórias, buscando alternativas para superá-las. Assim, a educação inclusiva torna-se o foco do debate na sociedade atual, assim como a função da escola e dos profissionais que a compõem, no que tange, em particular, à superação dos desafios que surgem para a inclusão escolar (Brasil, 2008).

No que concerne à inclusão escolar, esta pode ser observada como um processo sempre inacabado que busca encontrar maneiras de responder à diversidade, e que trata da remoção ou diminuição de entraves para a participação de todos os alunos(a) no ambiente educacional. Dessa forma, são sugeridas estratégias pedagógicas, sejam elas de cunho tecnológico ou não, visando orientar a prática escolar e facilitar a construção do conhecimento (Batista; Cardoso, 2020).

Neste contexto, conforme Silva e Arruda (2014) a obrigação da escola não é apenas alimentar, e evitar que as crianças se machuquem, sendo necessário ir além, ou seja, não se trata de apenas inserir pessoas, mas sim, de oferecer um tratamento diferenciado, para que os alunos possam se desenvolver naquele cotidiano e construir aprendizagens. Assim, cabe ao professor a adoção de uma abordagem educacional coerente, pensar no material e no espaço educativo adaptado para as suas aulas (Mantoan, 2009). Cabe ao professor promover conhecimentos, respeitar as diferenças dos alunos e entender que cada indivíduo reage de uma forma frente a determinado estímulo, por isso, cabe também entender e diferenciar esses momentos.

O desenvolvimento deste estudo justifica-se em razão de contribuir quanto ao entendimento dos desafios e possibilidades da educação inclusiva vivenciadas por crianças com deficiência, além disso, a pesquisa busca sensibilizar os gestores e professores no que tange a busca de conhecimentos para as boas práticas da inclusão escolar. Do ponto de vista pessoal da autora, a preferência pelo tema se deu ainda na infância, onde sempre se questionava como era feito o ensino de

crianças com deficiência. Além disso, as experiências de estágio supervisionado no Curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em particular, registro que durante esse período aprendemos e vivemos grandes experiências diante de algumas situações que nos faz querer conhecer mais a fundo sobre a temática, de como realmente funciona na prática, pois são visíveis as dificuldades para se ter uma educação de qualidade para pessoas com deficiência.

Diante do cenário brasileiro, situando as dificuldades e entraves encontrados no ensino brasileiro, nota-se que a inclusão escolar de pessoas com deficiência tem se evidenciado como um verdadeiro desafio da contemporaneidade brasileira. Dentre os diferentes aspectos é importante ressaltar a busca por conhecimentos para realizar práticas pedagógicas inclusivas e que atendam verdadeiramente ao público-alvo da Educação Especial. Apesar dos avanços ocorridos com relação ao entendimento sobre as ações a serem feitas junto aos alunos com deficiência, ainda se faz necessário aprimorar muitos pontos, tendo em vista as lacunas quando se fala em educação escolar na atualidade e as consequências que a não inclusão escolar ou inclusão sem qualidade, pode gerar na vida das pessoas com deficiência no decorrer de toda a vida. Dessa forma, com base no exposto busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Que representações são evidenciadas por docentes frente a inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal de João Lisboa- MA?

Frente ao exposto, o presente estudo tem como objetivo geral: analisar representações evidenciadas por docentes frente a inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal de João Lisboa- MA. Com relação aos objetivos específicos delineou-se: discutir sobre alguns aspectos históricos e educacionais direcionados às pessoas com deficiência; caracterizar a formação docente situando elementos que devem ser articulados aos aspectos pedagógicos inclusivos e analisar a visão docente sobre o processo inclusivo e pedagógico de alunos com deficiência.

O estudo está fundamentado nos pensamentos de autores como Susan Stainback (199), Paulo Freire (1951), Caledón Ferreira Filho (1999), Mantoan (2003), entre outros, considerados relevantes para a discussão desta temática. Para o embasamento teórico também foram necessários os subsídios de legislações que asseguram a inclusão no espaço escolar, assim utilizou-se do olhar docente para a realização desta pesquisa, utilizou-se de estudo descritivo, qualitativo, sendo os

caminhos metodológicos para obtenção de dados gerados o uso de observações em sala de aula e realização de entrevista semiestruturada com professores de uma escola pública do município de João Lisboa.

Para o desenvolvimento deste estudo foi sistematizada a seguinte estrutura: No primeiro capítulo há a apresentação introdutória do estudo, com apresentação do tema, contextualização da problemática de pesquisa e objetivos que foram traçados para o estudo.

Já no segundo capítulo aborda-se aspectos históricos que culminaram no arcabouço normativo de inclusão escolar no Brasil, a este denominamos “Aspectos da histórica para a ocorrência da inclusão de pessoas com deficiência”. Em seguida, no terceiro capítulo denominado “Inclusão, formação docente e aspectos pedagógicos: situando alguns pontos” realizamos um diálogo a partir de autores que discutem sobre a inclusão e a importância da formação docente nesse processo, considerando os aspectos pedagógicos envolvidos e a importância da formação continuada dos professores.

No capítulo quatro, são dispostos os caminhos metodológicos para consumação do estudo, com os principais resultados e discussões pertinentes à pesquisa. Por fim, são realizadas as Considerações Finais do estudo, com a retomada sobre o que foi possível confirmar tendo como base a análise dos resultados.

## 2 ASPECTOS DA HISTÓRIA PARA A OCORRÊNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Na idade antiga, as pessoas com deficiência não possuíam nenhum direito, pelo contrário, em muitos casos eram exterminados assim que eram percebidos como deficientes ou então eram abandonados/isolados do convívio social em geral (Ferreira, 2011). O autor destaca que na antiguidade pessoas com deficiência eram deixadas e abandonadas, até mesmo pelo seu grupo familiar a quem deveriam protegê-las. Dessa forma, não tinham direito a nada, isto é, desde moradia aos direitos essenciais para viver, logo, muitos não tiveram a oportunidade de viver, por que além de serem abandonados, ocorriam situações em que eram sacrificados.

Segundo Amaral (1995), as pessoas consideradas “diferentes” eram tratadas de forma desumana, neste sentido na Grécia antiga, de acordo com relatos de Platão, a sociedade deveria olhar apenas para aqueles considerados bem formados, deixando à mercê do tempo e do destino todos aqueles tidos como defeituosos. Neste sentido, fica claro a crueldade exercida com as pessoas com deficiência da época. A história nos mostra que desde os seus primórdios o fenômeno da deficiência é tratado com rejeição, discriminação, sendo evidenciado pelo processo de estigmatização desses indivíduos.

No período da idade média, a deficiência teve de conviver com a ambiguidade da sociedade, enquanto as pessoas com deficiência mentais e criminosos eram vistos como possuídos pelo demônio, em algumas sociedades os cegos e surdos eram vistos contraditoriamente como possuidores de poderes sobrenaturais, e até mesmo como sábios. Tais teses, no entanto, eram combatidas por São Tomás de Aquino, que em uma concepção mais evoluída, percebia a deficiência como algo natural dos humanos (Telford, 1988).

Somente na segunda metade do século XX com a evolução da ciência, é que as causas das deficiências foram investigadas e classificadas, dando origem a uma visão diferenciada daquela que vinha sendo propagada e que via a deficiência como uma característica do mal. Portanto, com o advento da implementação científica é que foram sendo quebrados os paradigmas que relacionavam as deficiências com maldições ou outras determinações sombrias. Conforme Mazzotta (1999), a

preocupação com a educação das pessoas portadora de deficiências mentais<sup>1</sup>, surgiu ao final do século XVIII, juntamente com a evolução da educação fundamental na época.

No Brasil, o marco inicial para as pessoas com deficiência, teve início no Rio de Janeiro em 1854 com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, ainda sob a égide de Dom Pedro II, sendo renomeado posteriormente com a proclamação da república para Instituto Nacional dos Cegos em 1890 (Mazzotta, 2011). Assim, como esse Instituto, outros foram sendo criados ao longo das décadas. No entanto, poucas pessoas tinham acesso, uma vez que as vagas eram poucas, e era dado prioridade aos filhos das famílias mais abastadas de recursos e libertas, ou seja, da elite da época. Conforme Rogalski (2010) no Brasil, até a década de 1950, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, com os principais Institutos criados no início do meados do século XX, o que configura essa evolução histórica no processo educacional das pessoas com deficiência.

---

<sup>1</sup> De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) , o termo Pessoa com Deficiência foi definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, sendo aprovado em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU. Foi ratificado no Brasil, com equivalência de emenda constitucional, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949/2009. Portanto, os termos “Pessoa Portadora de Deficiência (PPD)” ou “Portador de Necessidades Especiais” (PNE) são termos incorretos e devem ser evitados, uma vez que não traduzem a realidade de quem possui deficiência. A deficiência não se porta, ela é uma condição existencial da pessoa.

Quadro 1 – Principais Instituições educacionais de atendimento às pessoas com deficiência.

Instituições focadas na educação das PcD	Ano de criação	Localidade	Autarquia	Tipos de Deficientes atendidos
Escola Rodrigues Alves	1905	Rio de Janeiro-RJ	Estadual	Deficientes físicos e visuais
Colégio dos Santos Anjos	1909	Joinville-SC	Particular	Deficientes Mentais
Instituto Estadual de Educação Padre Anchieta	1913	São Paulo-SP	Estadual	Deficientes auditivos
Escola Estadual São Rafael	1925	Belo Horizonte-MG	Estadual	Deficientes visuais
Instituto Pestalozzi	1926	Canoas-RS	Particular	Deficientes mentais
Grupo Escolar Paula Soares	1927	Porto Alegre-RS	Estadual	Atendimento a DM
Instituto Santa Terezinha	1929	São Paulo-SP	Particular	Deficientes auditivos
Escola Estadual Instituto Pestalozzi	1935	Belo Horizonte-MG	Estadual	Deficientes auditivos e mentais
Instituto de Cegos	1935	Pernambuco	Particular	Deficientes visuais
Instituto de Cegos da Bahia	1936	Salvador-BA	Particular	Deficientes visuais
Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz	1936	São Paulo-SP	Particular	Deficientes mentais
Instituto São Rafael	1940	Taubaté-SP	Particular	Deficientes visuais
Escola Especial Ulisses Pernambucano	1941	Pernambuco	Estadual	Deficientes mentais
Instituto Santa Luzia	1941	Porto Alegre-RS	Particular	Deficientes visuais
Lar-Escola São Francisco	1943	São Paulo-SP	Particular	Deficientes físicos
Instituto Paranaense de Cegos	1944	Curitiba-PA	Estadual	Deficientes visuais
Fundação para o Livro do Cego no Brasil	1946	São Paulo-SP	Particular	Deficientes visuais
Associação Linense para Cegos	1948	Lins-SP	Particular	Deficientes visuais
Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro	1948	Rio de Janeiro	Particular	Deficientes mentais
Grupo Escola Miss Browne	1950	São Paulo-SP	Estadual	Deficientes mentais
Grupo Escolar Visconde de Itaúna	1950	São Paulo-SP	Estadual	Deficientes mentais

Fonte: Souza (2021, p. 05).

Conforme o detalhamento do Quadro 1, é possível identificar que foram/são instituições ligadas ao atendimento educacional de pessoas com deficiência (Mazzotta 2011). As instituições como Rodrigues Alves localizada no Rio de Janeiro-RJ, uma instituição estadual, fundada no ano de 1905 traz em sua história o atendimento a pessoas com deficiência física e visual. Em 1926 foi criado o Instituto Pestalozzi, para atender pessoas com deficiência mental, uma instituição particular localizada em Canoas-RS, criada em 1935 a escola estadual Instituto Pestalozzi particular, localizada em Belo Horizonte-MG recebia pessoas com deficiências auditivas e mentais. O Instituto possuía consultório médico para um tratamento qualificado, além de oferecer cursos para os pais e professores cursos acerca da ‘anormalidade infantil’ (Antipoff, 1965/1992), a instituição realizava vários exames dentre eles: anamnese, exame somático, exames bacteriológicos, exames de

análises clínicas. Todos esses exames eram realizados por especialistas apenas quando era necessário, a escola possuía o mecanismo de matrícula de acordo com as demandas do consultório, e eram destinadas apenas às crianças que eram consideradas educáveis, a instituição seguia o mecanismo da Escola Nova que ofertava oficinas de trabalhos manuais.

A escola Rodrigues Alves, criada no ano de 1905, sendo uma instituição estadual, atendia pessoas com deficiência física e mental, nos dias atuais a instituição é referência por ser um dos principais centros de atendimento especializados para pessoas com deficiência visual na capital mineira e região metropolitana. O Instituto São Rafael sempre passa por atualizações para poder receber de forma qualificada pessoas cegas ou com outros tipos de deficiência visual sempre em busca de oferecer qualidade. A instituição Grupo Escolar Miss Browne, fundada no ano de 1950 no estado de São Paulo, de origem estadual que atendia pessoas com deficiência mental. A educadora americana Márcia Browne a convite do Dr. Horácio Lane fez parte da reforma do ensino empreendido de Prudente de Moraes em 1890, contribuindo na transformação da escola normal para semelhança das escolas americanas.

Assim, percebe-se um maior esforço para atendimento das pessoas com deficiência, no entanto, até a década de 1960 as crianças com deficiência não eram atendidas no sistema regular de ensino e a Educação Especial somente atendia um público que correspondia a 15% do total de crianças (Lima, 2006). Ou seja, mesmo com a implementação e esforços, poucas crianças eram atendidas pelo sistema de ensino, sendo que cabia às famílias e as Instituições religiosas os cuidados dos preteridos. Portanto, fica visível que a partir de 1957 até 1994 surgiram as iniciativas oficiais de governo em âmbito nacional acerca da educação das pessoas com deficiência, principalmente por meio das seguintes campanhas nacionais:

Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB) (Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957), Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão (Decreto nº 44.236, de 1 de agosto de 1958) - passado por alterações sendo denominada Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC) (Decreto nº 48.252, de 31 de maio de 1960) - e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960) (Mazzotta, 2011, p. 05).

Conforme apontado na citação, o governo criou diversas campanhas nacionais para pessoas com deficiências, oficinas que iriam ser de formas efetiva e colaboradoras para o desenvolvimento dessas pessoas. A campanha de educação de surdos do brasileiro (CESB) em 1957, tinha o plano de ajudar pessoas com condição com iniciativas assistenciais, artísticas, técnicas e científicas. A campanha nacional de educação e reabilitação de deficientes da visão em 1958 sendo alterada para Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC) em 1960, tinha o intuito de promover a integração das pessoas com deficiência visual nos estabelecimentos de ensino, diante disso é de importância citar a campanha Nacional de Educação e Reabilitação de pessoas com deficiência mental (CADEME) em 1960 que visava a educação e o desenvolvimento das pessoas com esta condição. Importante ressaltar que essas campanhas refletiam iniciativas do governo brasileiro para proporcionar a inclusão em diferentes aspectos da vida dos envolvidos.

Ainda durante o governo militar, em 1971, no governo de Emílio Garrastazu Médici, foi sancionada a Lei nº 5.692/1971 que propôs alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024/1961, instituindo que as crianças que apresentem deficiência física ou mental, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial (Brasil, 2008). Com a redemocratização do país, a partir da queda do governo militar, entrou em vigor a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também chamada de Constituição Cidadã em razão dos diversos direitos criados, sendo um destes, o direito à educação para todos, incluindo o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência (Brasil, 1988).

Conforme se evidencia na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, é dever do Estado que a educação seja efetivada e que garanta um atendimento igualitário especializado àqueles que possuem deficiências (Brasil, 2008). Perante essa previsão constitucional, Shimazaki (2011), relata que o artigo supramencionado é importantíssimo, uma vez que, ele evita a separação e processo de estigmatização entre alunos com deficiência e os demais.

No que tange o contexto mundial ressaltamos várias leis, legislações foram criadas ao longo da história e uma delas foi a Declaração de Jomtien (1990) que foi organizada com o intuito de reforçar os direitos humanos e a igualdade para a pessoa com deficiência. Esta foi aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, no período de 5 a 9 de

março de 1990. Ressalta-se que, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) já havia sido ratificado que “toda pessoa tem direito à educação”. Dessa maneira, não foram medidos esforços para a realização do direito à educação para todos, mesmo diante das diferentes realidades:

Mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário;  
 Mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;  
 Mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e  
 Mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (Unicef, 1990, texto digital).

A declaração de Jomtien (1990), trouxe em sua tese que a educação é uma peça fundamental pois irá contribuir para um mundo mais seguro, sadio, mais próspero e mais seguro, pois favorece o progresso social, econômico, cultural a tolerância e a cooperação internacional. Ainda neste sentido, a referida Declaração aborda sobre universalizar o acesso à educação e promover a equidade e estabelece em seu artigo 3º enfatiza que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (Unicef, 1990, texto digital).

Diante disso é perceptível a importância de que as pessoas com deficiência tenham direito igualitário à educação, pois é de grande importância que sejam adotadas medidas que promovam a inclusão que garanta a igualdade no sistema educacional, dando a oportunidades de que todos os alunos possam desenvolver suas habilidades podendo assim fazer parte da sociedade. Assim registramos que a educação inclusiva não beneficia apenas os alunos com deficiência mas engloba todos no ambiente escolar, trazendo consigo a diversidade, o respeito e a valorização das diferenças.

A declaração de Salamanca (1994), trouxe o compromisso e o direito de uma educação digna para todos sem exceções, que priorizasse a garantia a educação

para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais. Assim, com base em pesquisas aprofundadas em documentos de referências sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação, a declaração de Salamanca (1994), trouxe alguns detalhamentos, quais sejam:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,  
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;  
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;  
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;  
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provê em uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Salamanca, 1994, p. 1).

Diante do exposto, é importante apontar a importância da educação inclusiva, destacando que toda criança tem direito a educação e as escolas devem ser capazes de atender e suprir as necessidades individuais de cada aluno. Entretanto, os sistemas educacionais precisam ser flexíveis e abrangentes para atender a todos sem exceção, levando em consideração a diversidade de características e necessidades educacionais especiais de cada um, além de buscar promover comunidades acolhedoras e uma sociedade inclusiva. Dessa forma, pontuamos também que a citada Declaração enfatiza a importância de adotar práticas inclusivas no ambiente educacional, buscando atender a todos com igualdade, oportunidade e respeitando a diversidade.

No contexto brasileiro, em 1994, tendo em vista a crescente demanda educacional deste público e as legislações e Declarações apresentadas, foi editada a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que dentre outras previsões, estabelece um novo conceito para a deficiência intelectual, assim como inova quanto às modalidades de ensino e atendimento educacional (Brasil, 1994). Na referida política, percebe-se que um dos objetivos é a inserção dos estudantes com deficiência, visando prevalecer o direito de estes estarem juntos, sem nenhum tipo de discriminação.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (Carvalho, 2007, p. 10).

Observa-se do excerto que a educação inclusiva preenche lacunas existentes quanto a materialização da igualdade entre todos, ou seja, foi um documento importante e necessário na sociedade atual diante dos problemas da exclusão. Fica claro ainda, que além do plano educacional, os educandos, também conhecidos como “pessoas com deficiência”, devem ser contemplados com serviços especiais também de justiça, saúde, bem estar e transportes.

Portanto, registramos que o percurso histórico para que as pessoas com deficiência pudessem estar incluídas é longo e repleto de situações desafiadoras. A sociedade necessitou mudar sua percepção, evoluindo seu entendimento sobre o abandono, o extermínio e visão sobre aspectos místicos.

Ficou claro que, em diferentes partes do mundo, a partir da evolução e compreensão sobre as pessoas com deficiência, houve um somatório de esforços para a inclusão destas. Nesta lógica, é evidenciada principalmente pelos documentos mundiais como as Declarações e Tratados internacionais.

### **3 CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE ARTICULADAS A INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: DIÁLOGO NECESSÁRIO**

A temática da inclusão tem ganhado força e buscando se consolidar, em particular, a partir do momento em que a compreensão sobre como esta política deve ser pensada. Consideramos pertinente traçar um diálogo sobre o que representa incluir e neste contexto, dentre tantos aspectos relevantes, este capítulo dirige-se para o processo formativo e práticas pedagógicas. Neste sentido, a compreensão sobre inclusão e a formação docente a partir de discussões teóricas e legais iniciam o diálogo, na seção 3.1 com abordagem sobre a formação docente e inclusão, em seguida na seção 3.2 aborda-se quanto a educação inclusiva e aspectos pedagógicos envolvidos na atuação do professor.

#### **3.1 Formação docente e inclusão**

A inclusão educacional e sua efetivação nas escolas está diretamente vinculada à importância da formação docente para atender as necessidades atuais, tendo em vista que, através destes profissionais são possíveis avanços nas aprendizagens de diferentes alunos. Por isso é fundamental compreender que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados (Mantoan, 2003, p. 09).

Uma educação de qualidade para todos deve priorizar as diferentes situações que os alunos trazem diante de suas condições e um dos pontos diz respeito às dificuldades, os limites que existem em cada pessoa. Ao mesmo tempo há a necessidade de o professor explorar as possibilidades que estão presentes em cada proposta realizada em prol da aprendizagem de seus alunos. Faz-se necessário que haja a busca por estratégias, meios para alcançar a aprendizagem efetiva, independente de cada peculiaridade presente em sala de aula. Assim será possível

extrair o melhor de cada um que está no espaço que deve valorizar todas as diferenças.

De acordo com Silva e Fidelis (2017) a inclusão é um processo que envolve a obrigatoriedade da escola em educar cada criança, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística; tendo no professor importância primordial nesta jornada uma vez que, é o profissional que mantém o contato diário e direto com os alunos.

Conforme Romanowski e Martins (2010), desde o período imperial que a falta de formação dos professores já desponta como um problema para a educação. Já nessa época, a falta de atualização dos professores, já demandava ações para alterar essa constatação, como provas para habilitação de professores do magistério, além da presença de professores auxiliares junto aos docentes, aberturas de cursos e formação ministrados para docentes não graduados.

Os professores no período imperial não eram o suficiente, e mesmo após as iniciativas supracitadas, somente na década de 1940 com o apelo a várias iniciativas, como a criação de órgãos e programas é que foram melhorando esses quadros de profissionais. Neste contexto, vale ressaltar que antes disso, no ano de 1937 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que buscava realizar pesquisas acerca da educação brasileira para orientar a formulação de políticas públicas (Santos, 2016).

Diante disso, com a forte demanda de professores, esse Instituto acabou desenvolvendo cursos de formação continuada para professores em diversas regiões do Brasil. Sendo o movimento de referência da época, a criação de escolas aplicadas, que tinham vínculos com universidades e outras instituições de ensino, onde os alunos deveriam desenvolver experiências docentes com base na teoria que aprenderam (Souto et al., 2014).

Desde os anos 1990, foram feitas várias reformas no contexto adaptativo da escola, devendo estas, se adaptarem às novas condições de ensino. Fator marcante nesse sentido é a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que possibilitou a atuação dos docentes em sala de aula, devendo obrigatoriamente, ter formação em nível superior em licenciatura ou superior. Essas exigências passaram a ser necessárias, pois acredita-se que os professores nesse nível de exigência possuem melhores condições de conhecimento para então exercer melhor a função docente (Martins; Freitas, 2010).

Conforme a Declaração de Salamanca de 1994, o fator chave para o sucesso das abordagens educacionais de educação inclusiva é a preparação adequada de todos os educadores. Assim, busca-se que os professores na formação inicial recebam orientação frente aos diversos tipos de necessidades dos alunos, adaptando os conteúdos curriculares e fazendo uso da tecnologia e individualizando os procedimentos pedagógicos (Santos, 2016).

Diante das necessidades dos alunos com deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDBEN Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996), em seu art. 59 aborda que os sistemas educacionais deverão contemplar os alunos especiais, conforme se observa a seguir:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996, p. 11).

Nesse sentido, conforme exposto no artigo 59, são assegurados aos alunos com deficiência uma educação que deva atender suas necessidades, garantindo sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Aos que tiverem condições específicas que impeçam o avanço nos estudos, há a possibilidade da terminalidade específica, ou ainda a aceleração de estudos. Adicionalmente é importante pontuar a formação para a atuação junto aos alunos com deficiência, tendo em vista que é essencial estar preparado para uma atuação que caminhe em prol da inclusão.

Neste contexto, o processo de mudança exigido no sistema educacional brasileiro, objetiva a inclusão, sendo a formação dos professores um dos mais importantes elementos dessa mudança para a vigência de um ensino de qualidade para alunos com deficiência. Assim, a formação dos professores deve ser oferecida

pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e pelas escolas de formação continuada, uma vez que a discussão quanto a esta formação, abarca um escopo maior, que insere a inclusão de todos os atores envolvidos nesse processo, como pais, professores, equipe gestora entre outros (Santos, 2016).

De acordo com Cota (2017) a formação de professores é um tema recorrente nas últimas décadas. Neste sentido, verifica-se a essencialidade da formação do professor em atender às diversidades encontradas em sala de aula, uma vez que todos têm o direito à uma educação em escola laica, universal e gratuita. Diante disso, percebe-se que diante a formação cultural brasileira, o processo de miscigenação e as especificidades dos indivíduos, entre eles as pessoas com deficiência, é imperioso que a formação docente contemple as diversidades dos brasileiros, facilitando o processo de inclusão.

Um dos pilares de qualquer processo educacional, é a atualização das ideias e estratégias de ensino, sendo a educação continuada dos professores um elo entre o saber e a prática escolar inclusiva, sendo essencial no processo de educação de alunos com deficiência. De acordo com Santos (2017) a formação continuada é importante, pois possibilita o enfrentamento do que se considera como barreiras invisíveis no ensino. Sendo estas, traduzidas pela dimensão e heterogeneidade das culturas e valores e costumes individuais que devem ser considerados. Assim, ao refletir sobre este aspecto, é importante situarmos as práticas pedagógicas e como estas devem ser pensadas para atender a todos independente de suas condições. Nesta lógica, os professores devem ser preparados de modo teórico e prático, tornando-se capazes de identificar as concepções e práticas que possam ser utilizadas de modo concreto para gerar aprendizagens, posturas mais conscientes, críticas e autônomas dos alunos.

Pontua-se que estas barreiras que dificultam o processo educacional dos alunos com algum tipo de deficiência, podem ser rompidas, não apenas pela atuação dos professores, mas com a participação de toda a comunidade, cabendo a coordenação da escola nesse processo. Assim, a escola deve criar condições de acessibilidade para estes alunos, oferecer educação de qualidade e iniciar o processo educacional pela oferta da formação inicial e continuada dos professores, qualificando-os para o atendimento educacional especializado (Rios; Branco; Habowski, 2019).

É possível notar que ainda há muita insegurança quanto ao trabalho que demanda inclusão, sendo comum a ocorrência de medo e insatisfação diante da ideia de falta de habilidade ou de conhecimentos para trabalhar com este tema. Por isso, verifica-se que as incertezas dos educadores e o seu despreparo diante das demandas dos alunos, os levam a evidenciarem tristeza e incapacidade em mediar os conhecimentos científicos, sociais e morais exigidos para o pleno desenvolvimento dos alunos, independentemente das aptidões motoras e mentais que estes apresentam (Albertassi, 2018).

Observa-se que ao longo dos anos, a formação continuada passou a ser um complemento profissional, sendo ofertada por meio de pequenos cursos, palestras, sendo uma ferramenta para auxiliar os docentes no processo de ensino aprendizagem. Neste sentido, as escolas passaram a ser consideradas um espaço de formação continuada, devendo ofertar tempo e recursos múltiplos aos professores para que possam realizar esse processo (Prada; Freitas; Freitas, 2010).

Com base na argumentação dos autores acima citados que, a educação continuada, a busca constante de conhecimentos adquiridos em pouco espaço de tempo, os meios tecnológicos que estão cada dia mais avançados e exigem conhecimentos por parte dos professores e o dinamismo das informações, são pontos essenciais na qualificação atual deste profissional. Conforme o entendimento de Souza e Rodrigues (2015), quando a escola atua como um meio para a inclusão, os professores ao longo do tempo, passam a entender o seu papel e tomam para si a responsabilidade de promover a inclusão do aluno considerado diferente e assim minimizam a exclusão que vigora.

Salienta-se que nesse quesito de formação dos professores no Brasil, Paulo Freire tenha sido o principal teórico neste sentido, tratando das relações interpessoais que imperam e das relações de trabalho e do contexto escolar. Considerando também a identidade profissional do professor e a importância da educação continuada para o aprimoramento desse indivíduo. “A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (Freire 1951, p. 57).

Diante do exposto, percebe-se que a educação continuada é uma das principais ferramentas, sendo essencial por todo o tempo de atuação do professor e que necessita ser implementada constantemente frente ao dinamismo do ensino, sobretudo, no que tange às pessoas com deficiência.

Seguindo esta linha argumentativa Silva e Araújo (2005, p.9) apontam o seguinte:

A formação continuada é considerada um processo de desenvolvimento profissional contínuo e permanente para os professores. Durante o período de aprendizagem, o segundo enfoque é realizar a formação permanente de professores que exerçam a profissão por meio de atividades internas e externas. O espaço da formação do professor será a escola e o conteúdo da formação será a sua prática educativa. Alguns condicionantes devem ser colocados no processo formativo, e reflexões conjuntas devem ser realizadas por meio de itens claramente expressos, para que os professores possam trocar conhecimentos. Para tal, são instruídos os seguintes equipamentos como métodos de formação: o estudo compartilhado, o planejamento e o desenvolvimento de ações conjuntas; estratégias de reflexão da prática; análise de situações didáticas.

Diante o exposto pelos autores supramencionados, é notório a importância da educação continuada com auxílio no processo de trocas entre professor e aluno, sendo esta uma medida essencial para as boas práticas de educação moderna. Logo, a escola é vista como espaço de formação e a própria prática educativa é utilizada como aspecto da formação docente.

Outro ponto a se considerar refere-se às atividades realizadas pelos professores, pois, estes devem buscar novas formas de trabalhar os conteúdos, podendo tornar o ambiente da sala de aula mais leve e propício ao aprendizado. Dessa forma, Freire pontua que a formação permanente dos professores oportuniza a reflexão crítica sobre a prática, aperfeiçoando o processo ao longo do tempo (Freire, 2013).

Além disso, destaca-se que é necessário que os docentes ultrapassem a zona de conforto do ensino, e planejem suas ações em sala de aula, objetivando sempre o alcance de melhores participações dos alunos, considerando as necessidades destes. Diante do exposto, compreendemos que para tais ações serem realizadas de modo coerente, a formação docente não deve se limitar ao processo de formação inicial, sendo esta uma exigência ética e crítica de todos os professores (Militão, 2012).

Freire (2013) corrobora neste sentido ao afirmar que cabe aos professores as responsabilidades morais, políticas e profissionais, sendo responsáveis pela preparação, formação e graduação antes mesmo de iniciar as atividades de ensino.

Portanto, há uma demanda de aprendizado constante, uma preparação e treinamento contínuo, exigindo atualização permanente dos seus conhecimentos,

considerando uma análise crítica da sua prática. Desse modo, torna-se cada vez mais essencial as práticas de incentivo ao professor, para que este busque os meios coerentes para manutenção da aprendizagem continuada. Assim, a seguir apresenta-se os aspectos pedagógicos que o professor da educação inclusiva deve contemplar em sua formação e prática educacional.

### **3.2 Educação inclusiva e aspectos pedagógicos envolvidos na atuação do professor**

Na educação inclusiva, é importante refletir sobre como se desenvolvem as aulas inclusivas, tendo em vista que em muitos casos, há situações onde não existem os meios e preparos pedagógicos adequados. Porém com muitas lutas e esforços há no Brasil uma sensação de melhoria do ensino enquanto educação inclusiva, que tem passado por aprimoramentos e seguido uma tendência mundial de inclusão. Assim, alguns documentos são pilares da educação inclusiva no Brasil. Neste sentido, vale pontuar que a Declaração de Salamanca (1994) estabelece:

[...] oferece um ordenamento de ações que preconizam os encaminhamentos educativos com ênfase na educação inclusiva. A Declaração de Salamanca (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”, como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola (Breitenbach; Honnef; Costas, 2019, p. 9).

A declaração mencionada evidencia uma tendência de inclusão em todo o mundo, salientando a universalidade de acesso à educação, sobretudo das pessoas com deficiência e outras necessidades especiais. Segundo Barbosa (2019, p.17), o professor é como um agente de formação, saberes e transformação social, ele deve organizar os conteúdos, planejar aulas e, além disso, promover momentos de discussões acerca da realidade, promovendo a autonomia e instigando os alunos a pensarem criticamente. Na formação continuada, como bem pontua Mantoan (2003, p. 41), muitos docentes:

[...] estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Assim, esses docentes esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas.

Diante da constatação exposta, nota-se ainda que há uma dificuldade de implementação das práticas pedagógicas aos professores na atualidade, pois em muitos casos a educação continuada não é totalmente aceita, é realizada para cumprir uma demanda, ou exigência da escola ou ainda do sistema educacional, mas parece que ainda falta aceitação sobre esta realidade e como buscar mecanismos para atender a este processo.

*A priori*, sabe-se que os professores a cada dia que passa, precisam se apropriar mais de conhecimento para que consigam identificar especificidades e consigam achar meios para incluir o aluno. “As estratégias pedagógicas correspondem aos diversos procedimentos planejados e implementados por educadores com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino” (Mendes, 2020, p. 14). De modo que, a partir da reflexão sobre como realizar uma ação estas estratégias, “[...] envolvem métodos, técnicas e práticas explorados como meios para acessar, produzir e expressar o conhecimento” (Ibidem, p. 14).

Na educação inclusiva o ponto de partida para a sua inserção excelência deve ser as especificidades dos indivíduos, tendo como foco as suas potencialidades. Nesse sentido, mesmo a proposta curricular concentrando-se em apenas uma, de outro modo, é indispensável que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada aluno (Diversa, 2024).

Assim, para obtenção de sucesso da inclusão de pessoas com deficiência, são necessárias algumas ações voltadas aos atores envolvidos nesse processo, principalmente quando se trata do professor, conforme é possível observar na passagem a seguir:

Para se obter sucesso no ensino de alunos com deficiência, faz-se necessário que seja dado incentivo ao professor, proporcionando ambiente de trabalho acolhedor, material de apoio atualizado com o cenário vigente no país, motivação salarial, reconhecimento de seu bom desempenho, etc. Para que assim esse profissional consiga realizar sua missão de integrar ensino entre alunos diversos e que este seja eficiente (Silva, Fideles, 2017, p. 7).

Por meio desse entendimento, é notório que o processo necessita de incentivos, seja financeiro, de materiais pedagógicos adequados para implementar as boas práticas de ensino ao aluno e outros que possam ser úteis. Ou seja, para

alcançar bons resultados é preciso ofertar ótimas condições de trabalho, nisso inclui-se a questão salarial e estrutura para manutenção do ensino de qualidade.

Assim, seguindo o entendimento supra exposto, Silva e Fidelis (2017, p.12) esclarecem que:

A construção de um projeto de educação inclusiva demanda, além de esforço por parte dos educadores, a necessidade principalmente de investimento financeiro. Talvez este ponto, proporciona grande motivação, pois, sem recursos torna-se inviável colocar em prática projetos que tenham um efeito transformador dentro de uma unidade de ensino. O investimento feito não fica apenas condicionado à adequação de local ou materiais, mas, funciona como uma oportunidade para que os alunos se desenvolvam e possam aprender com mais facilidade.

Na educação especializada, um dos grandes problemas no ensino, é a insegurança de alguns professores, principalmente aqueles com pouca experiência nesta área de ensino, ou seja, aqueles que possuem bastante conhecimento teórico, entretanto, tiveram pouco contato com os alunos. É importante que o professor esteja capacitado e treinado, visto que ele é mediador da organização e da própria inclusão desses sujeitos (Figueiredo, 2010).

É de responsabilidade do professor, escolher a abordagem educacional, pensar no material e o espaço educativo e adaptado para as suas aulas (Mantoan, 2009). Cabe também ao professor neste processo promover conhecimento, respeitar as diferenças dos alunos e entender que cada indivíduo reage de uma forma frente a determinado estímulo, por isso, cabe ao mestre saber entender e diferenciar esses momentos (Schutz, 2006). Assim, entende-se que o professor como elo principal do ensino a crianças com deficiência, deve buscar se apoderar de conhecimentos técnicos para implementação das suas aulas, além disso, deve ser pautado de abordagem pedagógica adequada para que seja alcançada a verdadeira inclusão escolar.

Em suma, os professores devem ser capacitados para poder desenvolver melhor suas habilidades como o ensino e aprendizagem. Assim reforçamos a relevância do conhecimento sobre práticas pedagógicas que sejam condizentes com as deficiências que estejam em sala de aula. O domínio da sua classe, seja ela inclusiva ou não é fundamental neste processo, por isso também faz-se necessário conhecer sobre as deficiências que estará lidando. Portanto, é fundamental que estes profissionais estejam em constante atualização, buscando cada vez mais o aprimoramento frente às constantes mudanças quanto a forma de ensinar.

## **4 REPRESENTAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DO OLHAR DOCENTE**

Com base nos diálogos teóricos realizados até o momento, partimos neste capítulo para a organização metodológica definida para o desenvolvimento do presente trabalho, assim como para a discussão sobre os dados gerados no campo de pesquisa. Para tanto, inicialmente focamos os caminhos, modo de condução da pesquisa e lócus da investigação. Em seguida nos empenhamos na análise dos dados tendo como direcionamento os autores estudados que serviram de base para traçar discussões consistentes sobre a temática investigada.

### **4.1 Traços metodológicos**

Perante do estudo que buscamos empreender, o estudo caracteriza-se como, do tipo descritivo e qualitativo. Jus o estudo descritivo se amolda a esta pesquisa pela necessidade de descrever os aspectos inclusivos da escola e das condições de ensino encontradas. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita um leque mais de verificação quanto aos objetivos, possibilitando uma interpretação mais aprofundada dos problemas investigados.

Para a realização desta pesquisa foi feito em dezembro de 2023, o pedido de liberação via ofício, neste momento foi realizado um breve diálogo com a gestora para ter conhecimento sobre o ambiente escolar. Após a autorização foi possível prosseguir, isto é, com os demais passos para a sua concretização da geração de dados. Assim, o universo de pesquisa foi uma escola pública no município de João Lisboa – MA.

Figura 1 – Campo empírico da pesquisa



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

A escola investigada está localizada na cidade de João Lisboa-MA, em um bairro bem localizado, sendo até considerado o mais populoso. Esta instituição de ensino possui prédio próprio e atende um grande número de alunos de toda cidade e zona rural, pois é considerada uma das maiores escolas municipais da cidade. Dentre o público atendido, há alunos com diferentes deficiências matriculadas em anos variados. Deste modo, a instituição atende ao critério de ter alunos incluídos em sala de aula. Conforme os dados obtidos junto à gestão escolar, até dezembro de 2022, a escola estava com 22 alunos incluídos, de um total de 535 alunos.

Consideramos oportuno ressaltar que a pesquisadora frequentou esta escola, ainda como aluna da referida instituição. Retornando a escola agora para realizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), muitas lembranças já vividas naquele local que não mudou quase nada esteticamente. A sua estrutura física atualmente está

caracterizada da seguinte forma: oito (08) salas de aulas, um (01), um (01), pátio, uma (01) biblioteca, uma (01), Sala de Recursos Multifuncionais que trabalha com alunos com deficiência realizando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e uma (01) quadra de esportes. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram escolhidas três (03) salas de aula dos anos iniciais do ensino fundamental.

O passo seguinte se deu através do convite aos participantes da pesquisa. Foram explicados todos os objetivos e seriedade do trabalho, seguindo os critérios e respeito necessário na condução de pesquisa em seres humanos. Além disso, informamos que suas respostas e sua participação seriam de formas anônimas, resguardando assim a confidencialidade de suas identidades. As participantes que aceitaram participar da investigação assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) sendo que, uma via ficou com as participantes e outra com a pesquisadora. Assim, participaram três (03) professoras dos Anos Iniciais que tem em sala de aula alunos com deficiência, isto porque este foi o critério estabelecido para a escolha das participantes, além da concordância em participar da pesquisa. É importante ressaltar que foi mantido o anonimato dos participantes sendo utilizado nomes fictícios como Ana para a professora da sala de aula 1 e Bruna para a professora da sala de aula 2 e Carol para a professora da sala de aula 3.

No período de 07 a 19 de dezembro de 2023 foi realizada a pesquisa de campo. Neste período realizamos observações em sala de aula e entrevistas juntas às participantes. No que se refere a observação (Bufrem, Freitas, Breda, 2011, p. 2307) reforçam que:

Considerando-se que a observação é a utilização dos sentidos a fim de se obter determinada informação sobre algum aspecto da realidade, nela se presume o rigor do método e a importância de regras e critérios que o estabeleçam. Por meio dessa técnica, buscam-se evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo em seus fundamentos, obtendo-se o máximo de informação e aprendizado sobre o objeto em análise, o que, com a convergência de outras técnicas e ferramentas, possibilita uma apreensão mais dinâmica e fiel da realidade observada.

O trecho em análise nos permite ressaltar a importância da observação para a obtenção de determinadas informações, com esta técnica é possível observar de forma enriquecedora a realidade, permitindo uma abordagem multidisciplinar e ampliando nossas possibilidades de análise. Dessa forma a observação no processo

de pesquisa é crucial pois permite uma atenção ampliada aos detalhes, o cuidado na geração de dados e a busca constante por resultados.

Importante pontuar que para o registro destas foi utilizado ainda o Diário de campo que é:

Um instrumento utilizado pelos investigadores para registrar/anotar os dados recolhidos susceptíveis de serem interpretados. Neste sentido, o diário de campo é uma ferramenta que permite sistematizar as experiências para posteriormente analisar os resultados (Souza, 2015, p. 37).

Desse modo, é importante pontuar que o diário de campo é uma ferramenta crucial para a elaboração de trabalhos pois é um instrumento que auxilia o pesquisador a fazer registros das suas experiências no momento em que está ocorrendo a pesquisa.

Além de observações em sala de aula, consideramos propício utilizarmos também como instrumento para a geração de dados a entrevista semiestruturada, que “[...] é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas atualmente, pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto” (Cervo; Bervian (2002, p. 19). Estas seriam gravadas em áudio em um momento agendado previamente com a presença da pesquisadora e participante. Contudo, sobre este aspecto, convém registrar que, como um desafio para a concretização da pesquisa, ocorreu a seguinte situação: quando chegou o dia da entrevista que seria face a face com a gravação em áudio, uma das participantes disse que não se sentia confortável naquele momento pedindo para fazer a entrevista de outra forma, então a pesquisadora procurou outros meios de realizar a entrevista.

De igual modo, as demais participantes manifestaram em outro momento o mesmo receio quanto a gravação. Assim sendo, para conseguir dar prosseguimento a esta etapa da pesquisa foi necessário propor o ajuste de realizar a entrevista pelo aplicativo de mensagem *WhatsApp*<sup>2</sup>. Após o aceite, foi possível continuar com a investigação. Convém ressaltar que, apesar desse empecilho inicial, todas as participantes da pesquisa foram bem solícitas, respondendo curiosidades no período

---

<sup>2</sup> Aplicativo de mensagens gratuito que permite enviar mensagens de texto e compartilhar outros formatos de mídia (RD Station, 2024, texto digital).

de observação e na entrevista. Assim, foi elaborado um roteiro de entrevista (Apêndice B), que serviu para dar os encaminhamentos de forma sistemática.

Após a geração de dados, as respostas foram transcritas, lidas atentamente. Logo após, foi realizada uma análise de todo material, buscando estabelecer uma compreensão e ampliar o conhecimento sobre o tema proposto e elaborar o referencial teórico de acordo com a pesquisa. De modo complementar, foi realizada uma análise descritiva para organizar os dados coletados. Conforme Gil (2002) a análise Descritiva é a fase inicial deste processo de estudo dos dados coletados, geralmente utilizada em métodos de Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos.

#### **4.2 O que revelam as representações de docentes sobre a inclusão e práticas junto a alunos com deficiência**

A inclusão escolar tem se configurado uma pauta em constante construção, pois como uma ferramenta para proporcionar o acesso e permanência de modo consistente, requer preparação sobre os aspectos teóricos e sobre a condução prática no interior da sala de aula. Como um espaço em que ocorre o processo de aprendizagem, onde o professor tem a função de conduzir da melhor forma possível as mediações, situamos este contexto e descrevemos o perfil e os espaços observados, conforme o Quadro 1.

Quadro 2 – Perfil das salas de aula observadas

<b>Sala de aula</b>	<b>Total de alunos</b>	<b>Quantitativo e Condição dos alunos</b>		<b>Cuidador</b>	<b>Estrutura da Sala de aula</b>	<b>Imagens/ Recursos</b>
A1	15	1	TDAH	Sim	Ventiladores; Quadros branco e negro.	Regrinhas de comportamentos nas paredes; Letras do alfabeto na parte superior do quadro branco.
B2	16	1	TOC, TOD e TDAH;	Sim	Ventiladores; Quadros branco e negro.	Regrinhas de comportamentos nas paredes; Letras do alfabeto na parte superior do quadro branco.
		1	Deficiência Intelectual;	Sim		

		1	Autista.	Não		
C3	25	1	Paralisia Cerebral;	Sim	Ventiladores; Quadros branco e negro.	Letras do alfabeto na parte superior do quadro branco.
		1	TDAH	Sim		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

Conforme as observações percebemos como funciona a rotina das turmas, como exemplo confirmamos que, quando os alunos chegavam eram acolhidos nas salas de aula e ficavam brincando e conversando livres até o início das aulas. As disciplinas eram divididas entre três (3) professoras, cada uma tinha sua rotina a ser seguida, umas delas iniciava a aula com uma roda de oração e pontuava o que iria ser feito ao longo da aula. No período de observação constatamos que eram feitas atividades lúdicas e as crianças coloriram muito, como já estava quase no final de período de aula as crianças coloriram as capas que ficariam em suas avaliações, que seriam entregues no final do ano. Além disso, conversamos com as cuidadoras das crianças, em cada turma tinha uma (1) ou até duas (2) cuidadoras, conforme descrito no Quadro 1.

Diante a identificação dos alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, verifica-se que no Brasil, de acordo com a Lei nº 14. 254/2021, em seu artigo 3º determina que:

Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território (Brasil, 2021).

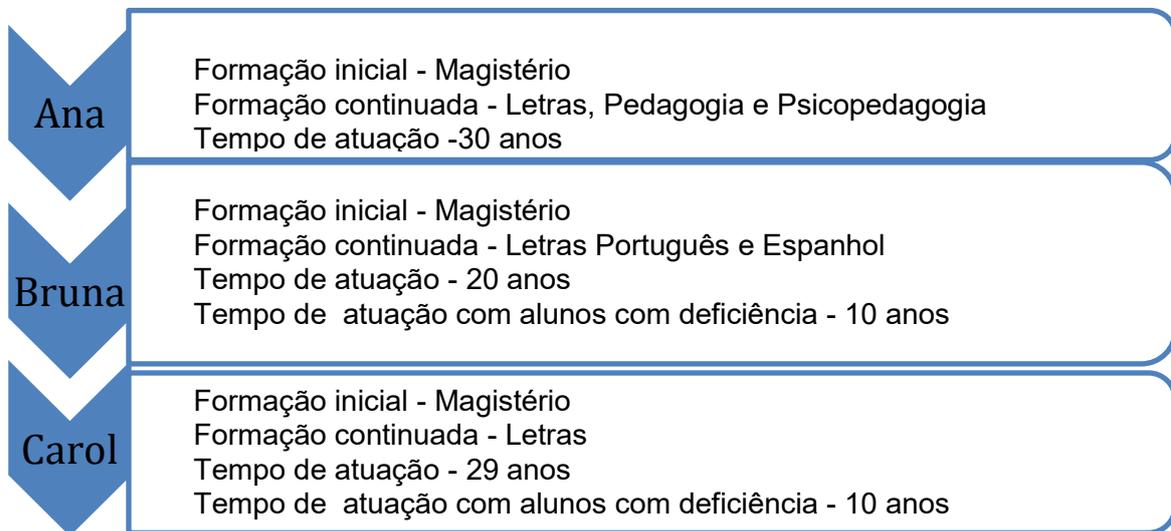
Portanto, as escolas da educação básica, seja na rede pública ou privada, devem contar com apoio de profissionais que possam dar o suporte para que as aprendizagens ocorram. Além da família e também dos serviços de saúde, que devem atuar conjuntamente visando garantir o cuidado e proteção ao educando com diferentes transtornos, como por exemplo o TDAH, como é o caso do contexto desta pesquisa.

Nestes espaços de aprendizagem cada professor tem autonomia para conduzir o processo de aprendizagens dos alunos como um todo. Referente aos

alunos com deficiência, que são o foco desta pesquisa, nos interessou compreender como este tem compreendido e realizado a inclusão, afinal este profissional que está à frente deste processo, mediando as aprendizagens e buscando dar o suporte àqueles que necessitam de outros meios para se desenvolver. Dito isto, verificamos que representações são apresentadas por professoras que atuam com alunos com deficiência, diante do contexto da inclusão escolar.

Sendo assim, o primeiro ponto de análise se refere ao processo formativo que as participantes da pesquisa tiveram para ter bases para o trabalho pedagógico com o público-alvo da educação especial na escola regular.

Figura 2 – Perfil formativo das participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora (2024).

As participantes possuem o curso de magistério que segundo a LDB nº 9.394/1996, título VI dos profissionais da educação dispõe o seguinte:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996, p. 3).

Conforme a Figura 2 as professoras possuem formação inicial que, conforme artigo 62 supramencionado, pode ser conseguido até mesmo as formações oferecidas em nível médio na modalidade normal. Além disso, verificou-se também que, todas as participantes possuem formação continuada, realizada em âmbito superior. Durante o período de observação foi perceptível notar que as professoras

possuem habilidades em dialogar com os alunos e implementar conceitos e condutas preconizadas.

Nesse contexto, conforme Candau e Lelis (2010) a formação continuada deve considerar as mudanças, as experiências, as vivências entre outros fatores que ocorrem na escola. Por isso, percebe-se que a educação continuada é um instrumento de valorização do ensino e da própria formação do profissional, pois enquanto exerce a profissão, o professor experimenta a oportunidade de aperfeiçoar-se e implementar melhorias conforme os recursos estruturais e didáticos que estão ao seu alcance.

A educação inclusiva norteia que a instalação da escola deve atender a diversidade de alunos nas escolas regulares. No que tange a compreensão das participantes da pesquisa sobre a educação inclusiva, recorreremos ao relato da professora Ana, que acredita para que uma escola seja inclusiva o aluno deve ser o centro de todas as ações educacionais e que o aluno tenha apoio e a garantia de recursos para percorrer um caminho eficiente para sua aprendizagem, para então se tornar um cidadão pleno. Dessa forma, a participante enfatiza também que o professor deve está alinhado com esse foco, isto é, que a educação inclusiva tem como foco principal o respeito às individualidades dos alunos e que o papel do professor vai além de apenas passar o conhecimento, envolve também o suporte, a orientação que são ações mais que necessárias para atingir o potencial de cada aluno. Seguindo esta linha de raciocínio apresentamos o que expressa as demais participantes da pesquisa:

Na escola com alunos com deficiência é necessário tem muita atenção nesses alunos, para que possa atingir os objetivos preconizados nesse tipo de ensino, bem como em outras modalidades de ensino, por isso é importante que os professores devem demandar todos os esforços para incluir satisfatoriamente o aluno *(Ana, entrevista - 22 de dezembro de 2023)*.

Reconhecer e identificar as necessidades específicas de cada aluno, e elaborar planos de ação individual para cada situação, com a colaboração entre os profissionais e apoio dos pais e do professor *(Bruna, entrevista - 22 de dezembro de 2023)*.

É notório que nos discursos há uma coerência sobre como a inclusão escolar deve ser realizada. A professora Ana percebe que os alunos devem estar em uma escola inclusiva onde ele será o foco central, para que tenham uma aprendizagem efetiva e que suas competências necessárias sejam construídas de forma equivalente para o convívio em sociedade. A professora Bruna também ressalta que

é preciso reconhecer e identificar as necessidades específicas de cada aluno e que é preciso elaborar planos de ação individual para cada situação, com a colaboração entre os profissionais e apoio dos pais e professor. De igual modo, Carol salientou que o professor precisa de apoio pedagógico para o aperfeiçoamento educacional, pois terá como reconhecer e identificar as necessidades específicas de cada aluno.

Percebemos que há a preocupação em planejar e elaborar planos que atendam e completam a necessidade de cada situação. Registramos também que para que este processo ocorra efetivamente faz-se necessário “a colaboração entre os profissionais e apoio dos pais” (Carol). Aqui identificamos que esta participante titula a importância da colaboração do grupo familiar e escolar, pois os dois em conjunto irão colaborar de forma significativa para o desenvolvimento do aluno através de ações conjuntas e da identificação da necessidade específica de cada aluno.

Neste contexto, conforme Machado (2021), os pais, assim como o restante da família, têm papel fundamental na formação do caráter, personalidade, e ascensão do aluno com deficiência. Sendo importante também a participação da escola, nisso incluído o professor que deve ser responsável por proporcionar conhecimentos e permitir a convivência no coletivo, estimulando e contribuindo com o respeito mútuo. Diante disso, a escola deve estreitar a relação entre instituição e família do aluno, oportunizando momentos que favoreçam maior conexão dos pais com a à própria escola, contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência.

Nesse sentido, as professoras entrevistadas destacam em relação aos planejamentos fundamentais em relação ao aprendizado dos alunos e sobre a inclusão escolar dos alunos. Dessa maneira, a professora Ana destacou que é preciso olhar sempre adiante pensar em toda a turma sem distinção, pensando sempre que todos têm o direito de ter um bom desenvolvimento educacional. Dentro deste panorama a professora Bruna também destacou que é preciso identificar as necessidades educacionais dos alunos, para então elaborar planos de aula que possam contemplar de forma efetiva sua aprendizagem, também ressalta que o apoio dos pais é importante. Seguindo este mesmo pensamento, a professora Carol também relatou o mesmo caminho de pensamento da professora Ana, isto é, acredita que é de grande importância identificar primeiramente as necessidades específicas de cada aluno, sendo importante a colaboração de profissionais, pais e professores.

A fala de Ana evidencia que falta preparo e investimento para a inclusão dos alunos com deficiência, a mesma relata que, para que uma escola seja inclusiva e acolhedora é preciso ter investimento pois a falta de conhecimento e despreparo prejudica seu trabalho e desenvolvimento com isso acaba até afastando a família que é um pilar necessário para o desenvolvimento do aluno. Bruna em uma de suas falas destaca que é preciso elaborar um currículo mais flexível, inserindo atividades diferenciadas e precisa também de colaboração entre os professores, que seria a capacitação efetiva de conhecimento para eles. De forma similar às demais participantes, Carol também afirmou em uma de suas falas que o professor precisa de capacitação, pois é de extrema importância ter conhecimento para poder adotar um currículo mais flexível, inserindo atividades, para assim ter um ambiente inclusivo.

Sabemos que, para o trabalho pedagógico ser realizado com os devidos direcionamentos, ferramentas e mais são suportes para concretizar as aprendizagens. Diferentes estudos vêm demonstrando que a utilização de recursos pedagógicos é importante para facilitar a compreensão de diferentes conteúdos curriculares. Nesta lógica, ficou caracterizado que a escola dispõe de meios para esse tipo de educação. Conforme se observa nos relatos a seguir:

O trabalho é realizado por meio de livros, álbum seriado, jornais, revistas, folders, cartazes, textos, mapas, desenhos, gravuras, gráficos, maquetes, ilustrações, histórias em quadrinhos, computadores, datashow, filmes, retroprojetor, slides, quadro, mural, modelos (Ana, entrevista - 22 de dezembro de 2023).

São basicamente os Jogos educativos, material dourado, quebra-cabeça etc. (Carol, entrevista - 22 de dezembro de 2023).

As participantes destacam a variedade de recursos e materiais didáticos utilizados no processo educacional, que segundo as mesmas enriquece a experiência de aprendizagem dos alunos. Porém durante o período de observação não foi presente boa parte desses recursos como é ressaltado no diário de campo a seguir.

*Durante o período de observação os recursos utilizados nas salas de aula das participantes durante essa pesquisa foram: o livro didático, computador, caixa de som, quadro, desenhos e atividades sensoriais, todas as salas possuem o mesmo horário*

*escolar, portanto, segue o mesmo objetivo da sala das professoras Ana, Bruna e Carol foram trabalhadas como atividades sensoriais, dança, pintura e atividades ao ar livre na quadra de esporte da própria escola como: futebol e queimada (Diário de campo, 07 de dezembro de 2023).*

Conforme Vitta *et al* (2010) em seus estudos sobre a percepção de professor sobre a inclusão de alunos deficientes na escola, observou-se que as necessidades mais latentes são a falta de recursos humanos, físicos e materiais, além de própria formação do educador, tanto na educação infantil propriamente dita como na educação especial nas demais séries.

Entendendo a importância da parceria entre escola e professor, assim como abrir os caminhos para a condução de um trabalho direcionado à inclusão escolar, indagamos as professoras de que forma a escola oportuniza ações que se vinculam a fortalecer o trabalho pedagógico para promoção da educação de alunos com deficiência. A seguir as respostas obtidas:

É por meio do acompanhamento do aluno e discussão com a equipe pedagógica, assim, a escola busca aperfeiçoar o atendimento das demandas educacionais do aluno diante os recursos que dispõe, nisso incluído o próprio professor (Ana, entrevista - 22 de dezembro de 2023).

É por meio da identificação das necessidades específicas de cada aluno, montar planos de ação individuais para cada situação, colaboração entre os profissionais de apoio aos pais e o professor (Bruna, entrevista - 22 de dezembro de 2023).

A partir dos trechos selecionados identificamos o quanto é primordial o “apoio de conhecer o aluno que será acompanhado pela mediação” (Ana), pois é importante ter conhecimento e apoio da equipe pedagógica para conseguir alcançar os objetivos estabelecidos. Na continuidade das respostas a participante apontou ainda que, tem o suporte de uma cuidadora que foi direcionada para sua sala como uma ação da escola para apoiar o trabalho. Com relação às atividades ainda complementam que aplicava as mesmas atividades para todos e em alguns dias da semana trabalhava com os alunos com deficiência atividades inclusivas, para atender às suas necessidades.

*Durante o período de observação foi perceptível a necessidade de mais apoio da comunidade escolar juntamente a professora, a professora Carol relatou que sente que deveriam ter mais apoio em relação externa, pois sente que os cursos ofertados sobre a*

*educação de alunos com deficiência são com pouca carga horária. Esta, relatou que tem um aluno com deficiência intelectual (DI) e diz, por vezes, não conseguir concluir as outras atividades juntamente com os outros alunos. A professora Carol relata que planeja para o aluno (DI) atividades de colorir para seu aprendizado (Diário de campo, 13 de dezembro de 2023).*

Sobre desafios percebidos pelas professoras participantes da pesquisa sobre a efetivação da inclusão escolar, conforme preconizado pelos órgãos governamentais, legislações vigentes e discussões teóricas atuais, foram obtidos os seguintes relatos:

É necessário ter um plano de aula direcionado para a turma, buscando desenvolver o aluno por completo, nisso incluindo suas habilidades educacionais e considerar também os aspectos sociais desse aluno. Logo, para isso é preciso ter investimento, buscando cada vez mais a inclusão e busca de novos conhecimentos (Ana, entrevista - 22 de dezembro de 2023).

Falta mais investimento por parte do governo federal, estadual e municipal em recursos, capacitações para podermos melhorar a qualidade do ensino para as crianças com necessidades especiais (Bruna, entrevista - 22 de dezembro de 2023).

É preciso investir melhor, principalmente o novo governo federal, que junto com os governos estaduais e o município devem providenciar as capacitações para melhorar cada vez mais a qualidade desse ensino de crianças deficientes (Carol, entrevista - 22 de dezembro de 2023).

É notório que para realizar um trabalho efetivo pautado na inclusão escolar, são necessários conhecimentos teóricos que possam auxiliar nas barreiras enfrentadas durante esse percurso. Conforme Ana, é necessário “Fazer um plano de aula que contemplem toda a turma”, portanto durante o período foi observado a falta do plano que contemple toda a turma.

*Em uma das aulas foi identificada a seguinte situação: ao final da aula, um aluno com deficiência que não conseguiu concluir a atividade do livro começou a chorar. A pesquisadora teve conhecimento que, quando essa situação acontece, o aluno não vai para a escola no dia seguinte, pois se sente frustrado em não conseguir concluir as atividades como os outros colegas de turma.*

*A ausência do apoio de um profissional cuidador tem gerado esta situação delicada, pois, uma criança que precisa de apoio por não possuir um laudo que comprovasse sua condição e necessidade de auxílio, passa por esta situação sempre que uma atividade mais complexa é proposta (Diário de campo, 12 de dezembro de 2013).*

Observa-se diante do contexto apresentado, que o professor tem um desafio enorme para a concretização da inclusão. Neste sentido, indo ao encontro dos conceitos apresentados, ressaltamos o exposto por Matos e Mendes (2014), ao dialogarem que cabe a atenção e cuidado com o educando, devendo contar com a integração dos pais/famílias. Além de ensinar o conteúdo escolar, o professor deve ser um mediador que usa do respeito e conhecimento técnico para lidar com a diferença por meio de práticas educacionais.

Deste modo, percebe-se que os docentes veem a educação inclusiva como ação necessária ao ensino contemporâneo e que o aluno deve ser o centro de todas as ações educacionais e que a inclusão escolar tem se configurado uma pauta em constante construção, situando que os professores enxergam que a escola inclusiva deve respeitar o aluno e se dedicar para suas especificidades, e oportunizar condições coerentes aos atores envolvidos – professores e alunos – havendo colaboração entre os profissionais da educação e entre estes e a família do educando.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a educação um direito do cidadão expresso na nossa Constituição Federal de 1988, cabe ao estado e a família, o dever de prestação desse direito ao educando. Nesse sentido, quando se trata da educação inclusiva, compete a estes mesmos atores articulados com os profissionais da educação, isto é, os professores, a promoção da inclusão para pessoas com deficiência. Para isso, é urgente que o ensino seja ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, seja coerente, seja praticado a partir de subsídios teóricos e práticos para que possa efetivamente atender às necessidades destas pessoas e alcançar suas aprendizagens.

Diante do exposto, este trabalho se propôs a responder a seguinte indagação: Que representações são evidenciadas por docentes frente a inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal de João Lisboa- MA? Na procura por respostas foram organizados os objetivos específicos, que seguem detalhados. Neste sentido, o primeiro objetivo trouxe alguns elementos para embasar o processo que se tem atualmente para a concretização da inclusão escolar. Assim, este visou discutir sobre aspectos históricos e educacionais direcionados às pessoas com deficiência, momento em que verificou-se que a inclusão de pessoas com deficiência na escola é um processo que vem desde a antiguidade, onde as pessoas eram isoladas do convívio social e foram obtendo seus direitos ao longo do tempo. Essa evolução ocorreu, sobretudo, em virtude da mudança de concepção da sociedade com relação as pessoas com deficiência, do desenvolvimento das ciências e novas tecnologias, que possibilitaram investigar sobre as deficiências e classificá-las, dando origem a uma nova visão desse contexto.

Com relação ao objetivo caracterizar a formação docente situando elementos que devem ser articulados aos aspectos pedagógicos inclusivos, este possibilitou trazer discussões embasadas teoricamente sobre esta temática, focando como ponto primordial a formação docente direcionada a compreensão sobre as deficiências que poderão estar em sala de aula. Ainda neste sentido, faz-se necessário refletir sobre que práticas pedagógicas podem promover aprendizagens efetivas, pois cada sujeito é único, logo o conhecimento sobre que caminhos percorrer é fundamental para a promoção da inclusão.

Para alcançar o último objetivo, qual seja, analisar a visão docente sobre o processo inclusivo e pedagógico de alunos com deficiência, nos lançamos na busca

pelas representações docentes sobre a temática em estudo. Nesta lógica, a partir das entrevistas semiestruturadas foi identificado que os professores pesquisados possuíam formação inicial no magistério. Um outro ponto que merece destaque a partir das falas dos professores é que falta preparo e investimento para a inclusão dos alunos com deficiência. Diante suas falas é perceptível a preocupação em não conseguir atender de forma efetiva a aprendizagem de seus alunos, pois estes ressaltam que o conhecimento para trabalhar com alunos com deficiência é mínimo. Este se configurou um dos fatores que dificulta o progresso de aprendizagem dos alunos, isto porque os docentes não se sentem confiantes, e entendem que para que uma escola seja inclusiva e acolhedora é preciso ter investimento, pois a falta de conhecimento e despreparo prejudica seu trabalho e o desenvolvimento de trabalho pedagógico.

Diante dos resultados da pesquisa, as representações docentes encontradas nos permitem inferir que não se sentem preparadas o suficiente e que sentem a necessidade de ter uma atenção mais voltada para a educação inclusiva de forma continuada. É possível ver o quanto é necessário e crucial a formação continuada para a vida acadêmica do educador, pois aprofundamentos teóricos e práticos podem assegurar mais domínio e segurança para um trabalho inclusivo e qualitativo.

O presente estudo trouxe um recorte de uma realidade sobre educação inclusiva e as representações docentes, entendemos assim que, outros pontos podem ser aprofundados havendo assim a continuidade de novas discussões e buscas por outras respostas. Assim, permanece a abertura para outros estudos mais abrangentes no município de João Lisboa, sugere-se como possibilidade, a inserção de outras escolas para mais aprofundamentos sobre o processo inclusivo, assim como sobre práticas pedagógicas concretizadas, no município pesquisado.

Portanto, para boas práticas de educação inclusiva exige-se que o corpo docente esteja apto quanto aos conhecimentos inerentes as deficiências, ainda que modo elementar e principalmente compreenda que ações devem ser realizadas para a concretização da inclusão na sala de aula. Além disso, que formações continuadas sejam realizadas com o aparato da escola e do município, para que professores permaneçam formando-se e gozem de condições pedagógicas e de estrutura, para pôr em prática o direito dos alunos com algum tipo de deficiência, ou seja, aprendizagens dentro de um espaço escolar verdadeiramente inclusivo. Adicionalmente, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para o inspirar a

continuidade das problematizações referentes a inclusão escolar no município pesquisado e em tantos outros e que esta possa servir como subsídio para aplicação de outras pesquisas relacionadas à temática investigada.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTASSI, Lana, da Silva. **Inclusão em educação e a prática pedagógica**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12511/1/LAlbertassi.pdf>>. Acesso em 05 jul 2023.
- ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; CAMPOS FREITAS, Thaís; FREITAS, Cinara Aline. **Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189114449009>. Acesso em: 02 Jul 2024
- APOLLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a Produção do Conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARAÚJO, Álvaro. NETO, Francisco. **A nova classificação Americana para transtornos mentais – o DSM-5**. 2014. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v16n1/v16n1a07.pdf>>. Acesso em 10 jul 2022.
- BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em 10 jul 2024.
- BONETTI, Nilva. **A especificidade da docência na Educação Infantil no âmbito de documentos oficiais após a LDB 9394/1996**. Florianópolis, Abril de 2004.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 934 de 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm) >. Acesso em 08 jul 2023.
- BRASIL. Lei 14.254/2021. **Acompanhamento integral para educandos com dislexia e TDAH**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem). Acesso em: 02 ago 2024.
- BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em 25 mar 2023.
- CAMINHA, Márcia Beatriz; MELO, keylla Rejane; SOARES, Maria de Deus. **Estágio Supervisionado Na Educação Infantil: Interlocação Entre A Formação Docente E Os Saberes Pedagógicos**. Teresina, 2016.
- CARVALHO, Rosita Edller . **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Mediação. Porto Alegre, 2007.

CELEDÓN, Esteban Reyes. **Inclusão escolar**: um desafio. Disponível em: <http://www.geocities.com/profestebanpolanco/inclusao.htm>. Acesso: 10 out 2023.  
CONCEITO. **Diário de Campo**. Disponível em: <https://conceito.de/diario-de-campo>. Acesso em: 02 jul 2024.

COTA, Flávia. **Formação de Professores**: considerações sobre a diversidade na sala de aula. Curitiba: CRV, 2017.

CRESWELL, John. **Research design**: qualitative, quantitative and mixed methods approaches. California: Sage, 2003.

DALBERIO, Osvaldo.; DALBERIO, Maria. Célia. **Metodologia científica**: desafios e caminhos. São Paulo: Paulus, 2009.

DIVERSA. **Educação inclusiva**. Como estratégias pedagógicas favorecem a inclusão. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/como-as-estrategias-pedagogicas-favorecem-a-educacao-inclusiva/o-que-sao-estrategias-pedagogicas/>. Acesso em: 02 jul 2024.

FERREIRA FILHO, Manoel. **Direitos humanos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.

GALAN Ana Enelise; PINHEIRO Dayane Christine ; GIANELLI Mariana; FESTA Priscila. **A Inclusão De Crianças Com Necessidades Educacionais Especiais E Os Desafios Do Docente Na Educação Infantil. Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.2, Jul/Dez 2017 ISSN – 2175-1773.

MACHADO, Bruna Arthuri. **Família e Escola na Educação Infantil**. 2021. Tese (Graduação Pedagogia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2734/1/TCC%20BRUNA%20ARTHURI%20MACHADO.pdf>. Acesso em: 02 jul 2024.

MANTOAN, Maria Teresa. **Pela escola inclusiva para todos, direcional escolas**, jul. de 2007.

MATOS, Selma ; MENDES, Enicéia. **A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, jan./mai. 2014.

MAZZOTA, Marcos José. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo, 1996.

MAZZOTA, Marcos José . **Educação Escolar: comum ou especial**. São Paulo: Pioneira, 1994.

MAZZOTTA, Marcos José . **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Rodrigo Hubner. **Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um**. São Paulo, 2020.

MENEZES, Afonso Henrique . Duarte, Francisco Ricardo. CARVALHO, Luis Osete. SOUZA, Tito Eugênio. **Metodologia científica, teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina, 2019.

MILITÃO, Andréia Nunes; Contribuições de Paulo Freire para o debate sobre a formação continuada de professores. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, vol. 9, n. Especial, jul.-dez./2012.

MONTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar: ensinando a turma toda as diferenças na escola**. Artigo publicado na Pátio revista pedagógica-ARTMED/ Porto Alegre-RS, Ano V, nº 20, Fev/Abril/2002.

PAGNELLI, Raquel. **O papel da escola quando há hipótese de diagnóstico de deficiência**. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/o-papel-da-escola-quando-ha-hipotese-de-diagnostico-de-deficiencia/>. Acesso em 21 out 2023.

REIS, Edna. Reis, Ilka. **Análise Descritiva de Dados**. Primeira edição. 2002. Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/wp-content/uploads/2023/01/RTE-02-2002.pdf>. Acesso em: 02 jul 2024.

RIOS, Miriam; BRANCO, Lilian; HABOWSKI, Adilson Cristiano. **Diretrizes e formação de professores: Interloções com as tecnologias**. In: HABOWSKI, Adilson Cristian; CONTE, Elaine. **A Tecnologia na Educação: (re)pensando seus sentidos tecnopoéticos**. São Paulo: Pimenta Cultural. 2019.

SANTOS, L, Carlos. **A observação: uma técnica ou instrumento de coleta de dados numa investigação científica**. Disponível em: [https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/34\\_A\\_OBSERVACAO.pdf](https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/34_A_OBSERVACAO.pdf). Acesso em: 29 jun 2024.

SANTOS, Mônica Pereira. (Org.). **Dossiê: da inclusão que temos à inclusão que queremos**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Abrace um aluno escritor. 2016.

SILVA, Ana Paula; ARRUDA, Aparecida . O papel do professor diante a inclusão escolar. **Rev eletrônica Saberes da Educação**. V.5. nº1, 2014.

SILVA, Daniele Santos; FIDELES, Joselayne Tostes. **A atuação do professor na inclusão de alunos com deficiência na educação de ensino médio**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração Pública PNAP) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2017.

SILVA, Everson; ARAÚJO Clarissa; **reflexão em Paulo Freire: Uma contribuição para a formação continuada de professores.** V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, set./2005.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SOUTO, Maricélia. **Educação Inclusiva no Brasil: Contexto Histórico e Contemporaneidade.** 2014. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. 2014.

SOUZA, Mirian Alves de. **Metodologia de pesquisa II.** V. único. - Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

STAINBACK, SUSAN. STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Artmed. 1999.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (TJDFT) **Sementes da Inclusão.** Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia>>. Acesso em: 02 jul 2024.

TRINDADE Tatiana. **Questões e desafios enfrentados pelos professores na educação de alunos com síndrome de down: um estudo de caso.** 2015. Disponível em:<[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15572/1/2015\\_TatianaAzevedoTrindade\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15572/1/2015_TatianaAzevedoTrindade_tcc.pdf)>. Acesso em 20 mar 2023.

UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca e Quadro de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, Espanha. Disponível em:[<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394> ]. Acesso: 16 mar 2024.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfazendo as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: [[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_)]. Acesso em: 16 mar 2024.

UNICEF. **A situação mundial da infância 1990: educação.** [S.l.], 1990. Disponível em: [<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>]. Acesso em: 20 julho 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) participante:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **REPRESENTAÇÕES DOCENTES FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA-MA** desenvolvida por **Erica Moraes de Sousa** discente do Curso de Pedagogia, do Centro de Ciências de Imperatriz-CCIM, Unidade Professor José Batista de Oliveira, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Francisca Melo Agapito.

**O objetivo geral desta investigação é analisar representações evidenciadas por docentes frente a inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal de João Lisboa- MA.**

Sua participação envolverá Observações e Entrevista semiestruturada que será gravada. Sua participação nesse estudo é voluntária e se você sentir-se desconfortável, constrangido (a) no decorrer da gravação das entrevistas, diante de questionamentos que serão realizados e impliquem nas respostas dadas ou mesmo por motivos pessoais não esteja disposto (a) em continuar participando, sinta-se à vontade para desistir do processo, pois terá autonomia para fazê-lo. Sobre os citados aspectos ressaltamos que, são assegurados meios para você tenha o direito de indagar, tirar dúvidas sobre os procedimentos a serem realizados, permitir e conceder suas respostas ou não, além de sua vontade de permanecer ou não pesquisa, mesmo já tendo consentido sua participação.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. As filmagens serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua professora orientadora. Referente à publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e todas as informações que permitam identificá-lo (a) serão omitidas.

Ao participar, você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico com relação a temática referente a aplicação do estudo justifica-se em razão de contribuir quanto ao

entendimento dos desafios e possibilidades da educação inclusiva vivenciadas por crianças com deficiência, além disso, a pesquisa busca sensibilizar os gestores e professores no que tange a busca de conhecimentos para as boas práticas da inclusão escola, e ainda, propõe-se produzir subsídios que possam aprofundar a discussão do tema em âmbito acadêmico e social.

O referente termo apresenta-se expresso em duas vias, sendo uma destinada para o participante e outra para a pesquisadora; todas as páginas serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável e assinadas ao final do referido termo.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores através dos seguintes telefones:

Nome do pesquisador: Erica Morais de Sousa

Telefone:

endereço eletrônico: erica.morais@discente.ufma.br

Nome da orientadora: Francisca Melo Agapito

Telefone:

endereço eletrônico: francisca.agapito@ufma.br

---

Assinatura da pesquisadora

Imperatriz, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

Nome do participante

## **APÊNDICE B – Roteiro de observação**

- **Característica das escolas.**

Rotina escolar (entrada, saída e intervalo)

Estrutura física da escola

Relação dos alunos, pais e professores

- **Característica da sala de aula**

Recursos pedagógicos

Recursos utilizados durante as aulas

Quantos alunos tinham em cada sala?

Quantos alunos inclusivos?

Se os alunos tinham materiais didáticos pedagógicos acessíveis?

Como funcionava a desenvoltura dos alunos na sala de aula?

- **Características dos professores da pesquisa dentro da sala de aula.**

Relação com os alunos

Diálogo

Didática

Planejamento

Desenvolvimentos das aulas

- **Sobre a formação pedagógicos dos professores**

Se sentem preparados para incluir todos os alunos sem exceção?

Se possuem conhecimentos necessários para a inclusão de alunos com deficiência?

Existe um incentivo como cursos de formação no município para o professor?

## **APÊNDICE C – Roteiro de entrevista**

Formação inicial:

Formações continuadas:

Tempo de atuação na docência

Tempo de atuação com alunos com deficiência:

O que você entende por educação inclusiva?

Que ações de planejamento você considera fundamental para que haja uma boa mediação da aprendizagem e inclusão escolar?

Na sua visão, quais aspectos pedagógicos devem fazer do processo de ensino e aprendizagem para que a inclusão dos alunos com deficiência seja concreta?

Destaque materiais, recursos pedagógicos que podem ser pertinentes na condução do seu trabalho?

Como a escola oportuniza que ações pedagógicas junto aos alunos com deficiência sejam inclusivas?

Que desafios tem ocorrido para se ter a efetivação da educação inclusiva no contexto escolar de seu trabalho?